

CONJUNTURA



05
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

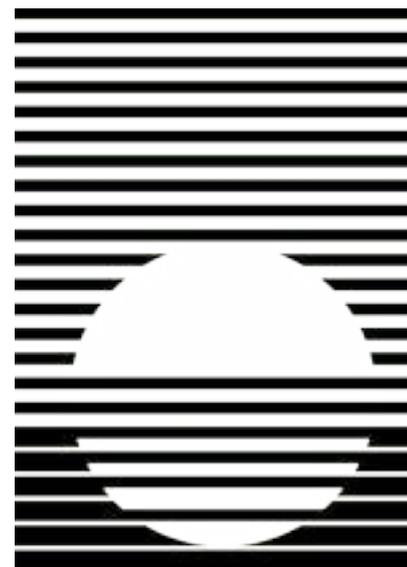
Editor Executivo: Ghaio Nicodemos Barbosa

Editor Adjunto: Gabriel Fragoso

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).



SUMÁRIO

Página 04

Aumenta o número de denúncias e manifestações contra o Governo Bolsonaro

Política externa de Bolsonaro viola Constituição Nacional, afirmam ex-chanceleres e embaixadores brasileiros

Página 05

Itamaraty exige retirada de diplomatas venezuelanos, mas STF suspende a saída

Pandemia e desmatamento avançam sobre povos indígenas e quilombolas

Página 06

Novo retrocesso do governo brasileiro na política ambiental gera mais constrangimentos internacionais e nacionais

Crise doméstica aumenta repercussão e desgasta imagem do Brasil no exterior

Página 07

Argentina prorroga quarentena e Fernández causa tensão com embaixador chileno

Movimentos Sociais LGBTs denunciam o abandono da população LGBT no Chile em meio à Pandemia

Instabilidades aumentam na Bolívia em meio ao aumento de casos de Covid-19

Página 08

Maduro responsabiliza Guaidó, EUA e Colômbia por tentativa de invasão à Venezuela

Situação de imigrantes demanda cooperação entre Chile, Bolívia e Venezuela

Página 09

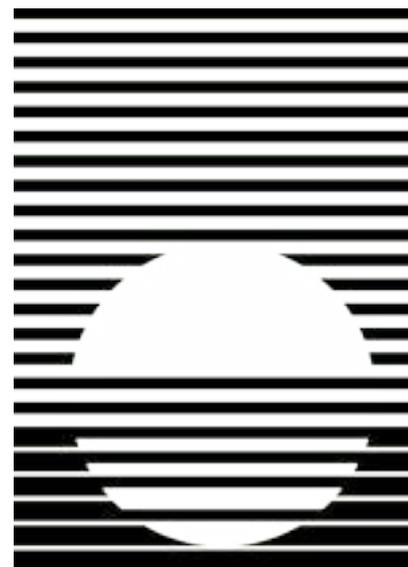
Manifestantes voltam às ruas no Equador contra a austeridade econômica

Declaração do Ministro da Defesa sobre mudança em acordo de paz repercute na Colômbia

Países fronteiriços com o Brasil reagem ao aumento de casos da Covid-19

Página 10

Sistemas de saúde sul-americanos divergem sobre uso da cloroquina



Página 11

López Obrador fortalece discurso antineoliberal durante a pandemia

O negacionismo do governo mexicano na gestão da COVID-19

África do Sul procura alternativas financeiras em organismos internacionais

Página 12

Na 73ª Assembleia Mundial da Saúde a China acirra o debate político

Saúde Global e multilateralismo são destaque na política externa chinesa

Página 13

Novos atritos entre China e Taiwan

Em meio à pandemia, conflitos fronteiriços e ciclone agravam situação na Índia

Página 14

Governo turco investe em cooperação internacional durante a pandemia

Iniciativas regionais promovem cooperação internacional de combate à pandemia

Página 15

Políticas sustentáveis como saída para futuro pós-pandemia na União Europeia

ONU não consegue lograr um cessar-fogo global durante a pandemia

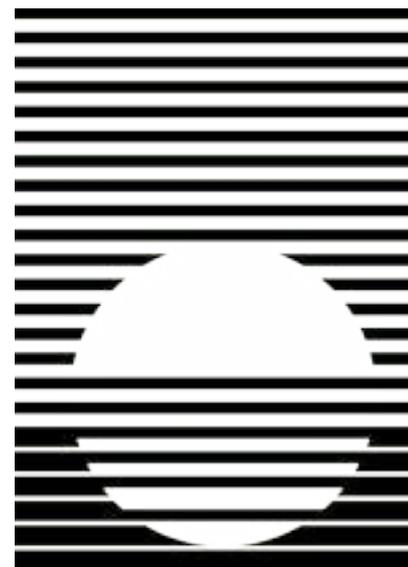
Página 16

Conflitos armados agravam situação vulnerável de deslocados em meio à pandemia

Migrantes protagonizam campanhas por regularização pelo mundo

Página 17

Medidas de contenção à crise com recorte de gênero se espalham pelo mundo



Aumenta o número de denúncias e manifestações contra o Governo Bolsonaro

No dia 7 de maio, o partido PDT denunciou o governo Bolsonaro por descumprimento de sentença emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o país de forma unânime pelos crimes cometidos durante a ditadura, na Guerrilha do Araguaia. O PSOL, o Instituto Vladimir Herzog, e o Núcleo de Preservação da Memória Política, também apresentaram a denúncia, em razão do convite do presidente, Jair Bolsonaro, ao tenente Sebastião Curió Rodrigues de Moura, um dos primeiros agentes denunciados por crimes cometidos durante a ditadura no Brasil, para visitar o Palácio do Planalto. Após, ele foi saudado como herói pela Secretaria Especial de Comunicações (SECOM). Entendeu-se claro desrespeito à memória de todos que foram violentados pela ditadura. Na agenda ambiental, a Human Rights Watch também realizou uma denúncia, e publicou no dia 20 um relatório no qual concluiu-se que as multas por desmatamento ilegal na Amazônia estão paralisadas desde outubro de 2019, após o Governo Federal ter promulgado Decreto, naquele mesmo mês, definindo regras que suspenderam o pagamento de multas até a realização de uma audiência de conciliação. Desde então, a organização apurou que apenas cinco audiências foram realizadas. Por outro lado, conforme constatou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), houve um aumento de 53% na área desmatada na Amazônia de outubro até abril de 2020. No mês de maio, além da crise sanitária, houve também uma série de ações policiais que resultaram na morte de jovens nas comunidades. Tais ações se somam ao descaso com a população encarcerada, a explícita ineficiência nas medidas de combate a Covid-19, e a contínua participação do presidente em atos que ofendem a Constituição e violam as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como resposta, em 31 de maio ocorreram em São Paulo manifestações puxadas por torcidas antifascistas de clubes paulistas contra o governo Bolsonaro. No Rio de Janeiro, na mesma data, houve o protesto “Vida Negras Importam” em frente ao Palácio Guanabara, ato organizado por ativistas que mobilizam as redes de doações nas comunidades, e pediram o fim das operações policiais nas favelas.

Fontes: [O Cafezinho](#), 05/05/2020; [A Gazeta](#), 08/05/2020; [Estado de Minas](#), 08/05/2020; [Conjur](#), 19/05/2020; [Human Rights Watch](#), 21/05/2020; [Correio Braziliense](#), 26/05/2020; [G1](#), 31/05/2020; [G1](#), 31/05/2020.

Política externa de Bolsonaro viola Constituição Nacional, afirmam ex-chanceleres e embaixadores brasileiros

Em artigo publicado no dia 8 de maio nos principais jornais do país, um grupo de ex-chanceleres e ex-embaixadores brasileiros acusou a política externa do governo de Jair Bolsonaro de violar sistematicamente os princípios norteadores das relações internacionais do Brasil tal como definidos pelo artigo 4º da Constituição Nacional. Entre os signatários do texto, estão Fernando Henrique Cardoso, também ex-Presidente da República (1995-2002), Celso Amorim, Celso Lafer, José Serra, Aloysio Nunes, Rubens Ricupero e Hussein Kalout, este secretário de assuntos estratégicos no governo de Michel Temer (2016-2018). Sob a condução do Ministro Ernesto Araújo, a atual política externa brasileira foi criticada por ferir a independência nacional ao subordinar-se a governos estrangeiros, em referência implícita aos EUA. Além disso, os autores condenaram o abandono da vocação universalista e da tradição pacifista e moderadora da diplomacia brasileira. Realçaram ainda a perda de credibilidade e influência internacional do país. Por fim, preconizaram a reconstrução da política externa brasileira através “do retorno à obediência aos princípios constitucionais, à racionalidade, ao pragmatismo, ao senso de equilíbrio, moderação e realismo construtivo”. Em resposta ao artigo, o Ministro Araújo negou as acusações, chamando-as de mentirosas e de “mantra patético”, que tenta “compensar com estridência a falta de ideias”. Disse ainda que Cardoso, Ricupero e os demais autores são “paladinos da hipocrisia”, que seus projetos de política externa estão “falidos” e servem a um “sistema de corrupção e atraso”. Nos dias seguintes, outros atores como o embaixador aposentado Marcos Azambuja, integrantes da comunidade acadêmica organizada no Fórum Brasileiro de Política Internacional e o think thank Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) se somaram às críticas. No que foi considerado por alguns um ato de represália, o Itamaraty, no dia 28 de maio, cancelou a parceria técnica com o Cebri inaugurada em 2017.

Fontes: [O Estado de S. Paulo](#), 08/05/2020; [O Globo](#), 08/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 10/05/2020; [BR Político](#), 12/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 15/05/2020; [Veja](#), 28/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 30/05/2020.

Itamaraty exige retirada de diplomatas venezuelanos, mas STF suspende a saída

No dia 2 de maio venceu o prazo estabelecido pelo Itamaraty, em 28 de abril, para que funcionários do governo de Nicolás Maduro se retirassem do Brasil. O ultimato foi feito após 60 dias do primeiro pedido de saída, feito no dia 5 de março. Nessa ocasião, o governo brasileiro publicou uma portaria que determinava o retorno de seus funcionários lotados na Venezuela. O fechamento da embaixada brasileira nesse país ocorreu no dia 16 de abril e todos os servidores retornaram ao Brasil no dia seguinte. Diante do ultimato do dia 28 de abril, o governo de Maduro afirmou que não retiraria seus funcionários, e que o governo de Jair Bolsonaro estava fazendo pressões desnecessárias e se subordinando aos EUA. No dia 1º de maio, o procurador-geral da República, Augusto Aras, recomendou que o Itamaraty suspendesse a retirada dos funcionários venezuelanos, tendo em vista a condição precária dos serviços de saúde da Venezuela para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. Um dia depois, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, suspendeu a ordem de retirada dos funcionários venezuelanos por dez dias. Barroso atendeu ao pedido feito pelo deputado Paulo Pimenta (Partido dos Trabalhadores), e afirmou que a exigência de saída desses funcionários violava razões humanitárias. Bolsonaro criticou a decisão de Barroso. Em resposta à determinação do STF, a Advocacia-Geral da União emitiu parecer afirmando que a ordem de saída dos funcionários venezuelanos não tinha caráter compulsório e que o retorno à Venezuela era seguro. Aras, por sua vez, defendeu que a competência para decidir sobre a questão seria do Superior Tribunal de Justiça, e não do STF. Por fim, no dia 16 de maio, Barroso ratificou a liminar que suspendia a saída dos funcionários venezuelanos. Com a decisão, eles poderão ficar em território brasileiro enquanto durar o estado de calamidade pública no país.

Fontes: [O Globo](#), 05/03/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 17/04/2020; [O Globo](#), 29/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 30/04/2020; [O Globo](#), 01/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 02/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 02/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 10/05/2020; [O Globo](#), 16/05/2020.

Pandemia e desmatamento avançam sobre povos indígenas e quilombolas

No dia 20 de maio, o Projeto de Lei 2.633, que versa sobre regulação fundiária, também conhecida como “PL da Grilagem”, foi retirado da pauta da Câmara dos Deputados, representando uma derrota para o governo de Jair Bolsonaro. Ainda assim, no cenário de instabilidade política, fragilidade institucional e persistentes investidas contra o meio ambiente, os biomas brasileiros e as populações tradicionais continuam em situação sensível e sob ameaça. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que o desmatamento na Amazônia cresceu 171% em comparação com o mês de abril de 2019 e 11% em relação a maio de 2019. A ONG SOS Mata Atlântica apresentou em maio os dados atualizados de seu Atlas para o bioma mais devastado no país – e os números não são positivos. Entre 2018 e 2019, o desmatamento na Mata Atlântica, que já possui apenas 12% de sua mata nativa, cresceu 27%. Vale lembrar que o ministro Ricardo Salles anistiou desmatadores da Mata Atlântica em meio à pandemia no final de abril. O desmatamento ocorrido nos biomas brasileiros na atual crise sanitária tem sido apontado, por diferentes redes de ativistas, ONGs, movimentos sociais e lideranças locais, como uma investida criminosa sobre as populações nativas da floresta, resultando em violações de direitos e pautado como agente facilitador de possível genocídio de indígenas, quilombolas, e demais comunidades vulnerabilizadas. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), quarenta e quatro povos indígenas já foram atingidos pela doença, contabilizando cento e três mortes. Nos dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), foram registrados duzentos e três casos, e quarenta e seis mortes em quilombos brasileiros em 28 de maio. No dia 28, a Conaq e o Instituto Socioambiental (ISA) lançaram o Observatório da Covid-19 nos Quilombos, para monitorar a situação dos territórios quilombolas e para visibilizar as vidas dessas populações. Ainda, também no dia 28, artistas, cientistas e lideranças indígenas, como Sonia Guajajara, da Terra Indígena Arariboia no Maranhão, reuniram-se para o Artists United for Amazon, iniciativa de lançamento global do Fundo de Emergência da Amazônia. O Fundo é uma coalizão de financiadores, ONGs e sociedade civil que pretende arrecadar US\$ 5 milhões nos próximos 60 dias para responder às necessidades urgentes de povos indígenas da Amazônia ameaçados pela Covid-19.

Fontes: [Câmara dos Deputados](#), 20/05/2020; [UOL](#), 19/05/2020; [Agência Brasil EBC](#), 19/05/2020; [Valor Econômico](#), 27/05/2020; [Conaq](#), 28/05/2020; [Rede Brasil Atual](#), 28/05/2020.

Novo retrocesso do governo brasileiro na política ambiental gera mais constrangimentos internacionais e nacionais

No dia 22 de maio, a divulgação autorizada pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro do vídeo que registrou uma reunião ministerial um mês antes, expôs mais uma das questionáveis diretrizes do governo sobre a flexibilização de regras para proteção e conservação do meio ambiente, além de sua posição quanto a práticas passíveis de serem consideradas ilegais. A referida reunião gerou uma crise política no país e constrangimentos, legais e midiáticos, para o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Salles surge no vídeo defendendo uma política de “simplificação” ambiental e maior aproveitamento do governo, em meio ao contexto de pandemia da Covid-19 e ao foco dado pela imprensa aos impactos da pandemia, para “passar a boiada, ir mudando o regramento e simplificando normas”. A fala de Salles repercutiu em todo o mundo, sendo repudiada por ativistas, como Greta Thunberg, e parlamentares europeus, como a eurodeputada alemã Anna Cavazzini, do Partido Verde, que defende a não ratificação do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. O Ministério Público Federal encaminhou, no dia 27 de maio, duas representações indicando suposto crime de responsabilidade e improbidade administrativa cometidos pelo ministro. A flexibilização defendida pelo governo, apesar de ainda não ser tendência como prática, parece ter sido interpretada como um tipo de autorização tácita a atos ilegais, conforme argumenta relatório apresentado em maio pelo MapBiomas, iniciativa de diversas entidades científicas, empresas e sociedade civil segundo a qual 99% do desmatamento no Brasil em 2019 foi ilegal.

Fontes: [G1](#), 24/05/2020; [Blasting News](#), 25/05/2020; [DW](#), 25/05/2020; [O Globo](#), 26/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 27/05/2020.

Crise doméstica aumenta repercussão e desgasta imagem do Brasil no exterior

O agravamento da crise sanitária, política e econômica no Brasil no mês de maio voltou a repercutir na imprensa internacional, gerando mais desgaste à imagem do país no exterior. Até mesmo jornais de viés conservador e liberal, como os britânicos *The Telegraph* e *Financial Times*, condenaram a gestão da pandemia da Covid-19 feita pelo governo de Jair Bolsonaro. Segundo o *Telegraph*, o Brasil enfrenta uma “implosão política” e um vírus mortífero fora de controle. O jornal retrata Bolsonaro como “um líder ciumento e vingativo dirigindo uma nação em crise” e que “pode se tornar conhecido como o homem que quebrou o Brasil”. Para o *Financial Times*, Bolsonaro está levando o país ao “desastre”, ao adotar uma abordagem semelhante à de Donald Trump, porém ainda mais “irresponsável e perigosa”. A revista estadunidense *Time* realçou a indiferença do presidente brasileiro com a crise sanitária e o *New York Times* o chamou de “cético pandêmico”. O também estadunidense *Wall Street Journal* acusou a falta de estrutura sanitária no Brasil e afirmou que o país tem um líder que despreza a pandemia. O tom de crítica foi acompanhando por diversas outras mídias influentes e de diferentes nações, como *The Washington Post* (EUA), *Daily Telegraph* (Inglaterra), *Le Monde* (França), *Der Spiegel* (Alemanha), *Deutsche Welle* (Alemanha), *Corrie della Sera* (Itália), *El País* (Espanha), *Diário de Notícias* (Portugal), *Hindustan Times* (Índia), entre outros. Neste mês, o Brasil passou a registrar mais de mil mortes em 24h em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, totalizando 27.944 óbitos e mais de 468.338 casos de pessoas infectadas até o dia 30 de maio. O aumento acentuado dos números no país levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar a América do Sul como novo epicentro da pandemia global. A Organização voltou a desaconselhar o uso de cloroquina no tratamento de pacientes da Covid-19, contrariando a decisão de Bolsonaro de liberar o medicamento até mesmo em casos mais leves da doença. A decisão do presidente gerou divergências no plano doméstico e resultou na renúncia do segundo Ministro da Saúde, Nelson Teich, que ocupou o cargo por menos de um mês. As investigações sobre a suposta interferência de Bolsonaro na Polícia Federal e a revelação das gravações de conturbada reunião de ministros no Palácio do Planalto aprofundaram ainda mais uma crise política que já estava em ebulição. No plano econômico, o Brasil está entre os países que mais vem sofrendo com a saída de divisas internacionais e a consequente desvalorização da moeda nacional.

Fontes: [UOL](#), 16/05/2020; [G1](#), 20/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 22/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 25/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 25/05/2020; [BBC News](#), 25/05/2020; [G1](#), 30/05/2020.

Argentina prorroga quarentena e Fernández causa tensão com embaixador chileno

No dia 23 de maio, o presidente argentino, Alberto Fernández, anunciou a prorrogação da quarentena obrigatória no país por conta da pandemia da Covid-19. Após o seu discurso, porém, Fernández foi criticado por dois motivos: pelo uso de dados errados na sua justificativa para a extensão das medidas de isolamento social, e por fazer comparações com os dados de mortalidade de outros países, inclusive vizinhos. Em um gráfico que foi apresentado no discurso, os dados referentes ao número de casos fatais em diversos países estavam errados, o que acabou inflando o número de causalidades na própria Argentina, porém, mais consideravelmente, no Chile. Segundo os dados apresentados por Fernández, o Chile teria uma taxa de 98,4 habitantes mortos por Covid-19 a cada 100.000. Os números apresentados pelo governo chileno apontam que a taxa de vítimas no país seria de 3,5 pessoas por 100.000 habitantes. O erro causou um aumento na tensão entre os dois países sul-americanos, com o embaixador do Chile em Buenos Aires, Nicolás Monckeberg Díaz, contestando Fernández abertamente no Twitter. A comparação com o vizinho utilizada por Fernández como uma forma de mostrar que as medidas tomadas pela Casa Rosada estão diminuindo a curva de contágio na Argentina também foi criticada, tendo o embaixador chileno pedido mais cooperação entre os países para vencer a pandemia, e não comparações. O Ministério da Saúde da Argentina reconheceu o erro nos números no dia seguinte.

Fontes: [La Nación](#), 23/05/2020; [La Nación](#), 24/05/2020; [Infobae](#), 24/05/2020; [El Mundo](#), 24/05/2020.

Movimentos Sociais LGBTs denunciam o abandono da população LGBT no Chile em meio à Pandemia

No mês em que se comemora o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia e a decisão da Organização Mundial da Saúde de desclassificar, em 1990, a homossexualidade como um distúrbio

mental, o Movimento de Integração e Liberação Homossexual (MOVILH), acusou o presidente chileno, Sebastián Piñera, de violar as exigências do sistema internacional de direitos humanos ao desconsiderar e abandonar a população LGBTI em meio à pandemia da Covid-19. A denúncia foi realizada no dia 6 de maio. Segundo Óscar Rementería, dirigente do MOVILH, as denúncias de violência física e verbal e de cunho homofóbico e/ou transfóbico aumentaram em 40% desde o início dos decretos de isolamento social no país. Rementería acrescentou que a violência policial por parte da guarda civil – os Carabineros - também de cunho LGBTfóbico aumenta a vulnerabilidade desta população, que se vê incapaz de denunciar às autoridades o que acontece dentro de suas casas. Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile e atual Alta Comissária de direitos humanos da ONU, tem respaldado a ação do MOVILH e argumentado, desde o início da pandemia, que a população LGBT é vulnerável a Covid-19 por conta da insegurança dentro de seus respectivos lares. De acordo com Bachelet, uma possível solução para o problema seria alojamentos e abrigos que pudessem recolher e proteger esses grupos de situações de violência.

Fontes: [Publímetro Chile](#), 07/05/2020; [Forbes](#), 08/05/2020; [The Times Chile](#), 10/05/2020; [O Globo](#), 24/05/2020.

Instabilidades aumentam na Bolívia em meio ao aumento de casos de Covid-19

Em maio, a instabilidade política e social se acentuou na Bolívia. No mês que o país completou 10 mil casos confirmados da Covid-19, Marcelo Navajas, então Ministro da Saúde, foi demitido e preso, acusado de superfaturar a compra de 170 respiradores destinados a pacientes da doença. Os respiradores foram comprados de uma empresa catalã, e a operação de entrega à Bolívia havia sido financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Junto a Navajas, outros dois consultores do BID também foram presos. Junto a isto, o departamento de Beni, o segundo mais afetado pela pandemia no país, declarou condição de emergência sanitária em função do colapso do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, intensificaram-se os protestos no departamento de Cochabamba, onde, desde o dia 11 de maio, há manifestações e bloqueios de ruas e estradas organizadas por grupos que pedem a flexibilização da quarentena, melhores serviços infraestruturais de água

potável e de distribuição de comida e a renúncia de Jeanine Áñez, presidenta interina da Bolívia, e de Arturo Murillo, seu Ministro de governo. Na região de K'ara K'ara, os protestos ganharam contornos mais graves em função do acúmulo de resíduos frente ao bloqueio aos serviços de coleta do governo e dos confrontos entre manifestantes e forças policiais e Forças Armadas. Em Cochabamba está concentrada a maior parte dos militantes e apoiadores do Movimiento al Socialismo (MAS), partido do ex-presidente Evo Morales, deposto em novembro de 2019. No departamento, há alguns meses há tensões em função de bloqueios, por parte de militantes do MAS, contra a presença de policiais e de membros das Forças Armadas. A Bolívia já vem enfrentando graves instabilidades desde a deposição de Morales, e as eleições presidenciais, que deveriam ocorrer em maio, ainda não têm data confirmada em função da pandemia de Covid-19.

Fontes: [El Deber](#), 11/05; [La Razón](#), 18/05; [El País](#), 20/05; [El Deber](#), 21/05.

Maduro responsabiliza Guaidó, EUA e Colômbia por tentativa de invasão à Venezuela

Em 3 de maio de 2020, mercenários tentaram invadir a Venezuela em uma operação marítima, em lanchas vindas da Colômbia. Oito pessoas foram mortas na tentativa de desembarque próxima à cidade de La Guaira, a 32 quilômetros da capital Caracas. Além disso, a frustração da invasão resultou em 45 pessoas presas, entre elas dois ex-militares estadunidenses e funcionários da Silvercorp, empresa de segurança dos EUA. O fundador da empresa, Jordan Goudreau, veterano das Forças Armadas estadunidenses, assumiu participação na invasão, batizada de “Operação Gedeón”. Segundo Goudreau, o plano seria capturar Maduro e mandá-lo para os EUA. O governo de Maduro acusou Juan Guaidó de ter contratado os mercenários para invadir o país e assassinar Maduro, mas o presidente autoproclamado rejeitou as acusações. No entanto, em 7 de maio, Juan José Rendón, assessor de Guaidó, admitiu participação na operação. Rendón afirmou que Guaidó estava ciente de um plano preliminar, negociado com a Silvercorp, mas que não havia autorizado sua execução. Como resultado, em 11 de maio, Rendón apresentou sua carta de demissão a Guaidó, que aceitou o pedido. Os partidos de oposição Primero Justicia e Voluntad Popular, partido de Guaidó, repudiaram a operação. Em 25 de maio, o procu-

rador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, pediu que o Supremo Tribunal de Justiça do país declare o partido Voluntad Popular como um grupo terrorista, acusando-o de ter financiado a tentativa de invasão. O partido, no entanto, rejeitou as acusações. No plano internacional, o governo de Maduro denunciou a operação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, acusando os EUA e a Colômbia de apoiarem a tentativa de invasão. A Rússia, então, propôs um comunicado de imprensa condenando o ocorrido, mas a iniciativa foi bloqueada pelos EUA. Os governos de Donald Trump e de Iván Duque negaram participação na operação.

Fontes: [O Globo](#), 03/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 04/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 05/05/2020; [BBC](#), 05/05/2020; [El País](#), 06/05/2020; [O Globo](#), 07/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 11/05/2020; [El Nacional](#), 14/05/2020; [IstoÉ](#), 20/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 25/05/2020.

Situação de imigrantes demanda cooperação entre Chile, Bolívia e Venezuela

Desde o início do mês de maio, centenas de bolivianos e venezuelanos acampam em frente às embaixadas de seus respectivos países, no bairro de Providencia, em Santiago do Chile. Em meio a pandemia da Covid-19, muitos imigrantes encontram-se em situação de vulnerabilidade, sem moradia ou renda, o que os tem levado a solicitar ajuda das representações diplomáticas para poder regressar ao país de origem. Diante dessa situação, as chancelarias do Chile e Bolívia, chegaram a um acordo de repatriação de cidadãos bolivianos em território chileno. No entanto, o governo de Jeanine Áñez decretou que para que os nacionais voltem à Bolívia, é necessário cumprir uma quarentena de 14 dias. Em razão disso, os bolivianos estão sendo levados para escolas de cidades chilenas como Iquique, Antofagasta e Calama, a fim de cumprirem o isolamento social. Até o momento, 104 dentre essas pessoas testaram positivo para a Covid-19 e permaneceram em solo chileno, enquanto outras 1.721 retornaram à Bolívia. No que tange a Venezuela, a falta de comunicação de representantes de Nicolás Maduro ou de Juan Guaidó com o governo chileno, tem dificultado o processo de repatriação. No dia 6 de maio, após testarem negativo para a Covid-19, 250 venezuelanos voltaram ao seu país em um voo organizado por Caracas, no marco do “Plano de Volta à Pátria”. Entretanto, outras centenas de pessoas continuam nas ruas

de Santiago, esperando uma vaga em outro possível voo humanitário, que já conta com mais de 2 mil solicitações. Procurada pela imprensa, a representante de Juan Guaidó no Chile, Guarequena Gutiérrez, afirmou que não possui recursos para organizar os voos, pois o aeroporto está sob a administração de Nicolás Maduro. Em uma nova tentativa de diálogo, o governo do Chile pediu que a Venezuela se responsabilizasse pelos venezuelanos no Chile, contudo, prevalece a falta de comunicação e de respostas.

Fontes: [El Deber](#), 02/05/2020; [El Nacional](#), 07/05/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Chile](#), 15/05/2020; [La Tercera](#), 15/05/2020; [El Deber](#), 20/05/2020.

Manifestantes voltam às ruas no Equador contra a austeridade econômica

Em maio, o Equador recebeu a confirmação de três empréstimos de organizações internacionais que contribuirão para o enfrentamento da epidemia de Covid-19: no dia 2, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou o aporte de US\$ 643 milhões; no dia 7, o Banco Mundial concedeu US\$ 506 milhões; e, no dia 8, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) liberou US\$ 400 milhões. A fim de poupar recursos para pagar o aumento do endividamento externo, o presidente equatoriano, Lenín Moreno, anunciou, no dia 5, que todas as instituições públicas terão cortes de 10% a 15% em seu orçamento. Como consequência, no dia 20, o governo anunciou reduções de jornada de trabalho e salário de funcionários do poder Executivo e de professores da educação básica e universitária. Em protesto contra as medidas de austeridade, ocorreu, no dia 25, uma onda nacional de manifestações, organizadas por sindicatos e movimentos sociais, em cidades como Quito, Guayaquil, Cuenca, Latacunga, Ibarra, Machala, Urcuquí e Quevedo. A ação foi menor em tamanho, porém lembra a revolta nacional de outubro de 2019, que, após cerca de duas semanas de manifestações, conseguiu derrubar uma medida de austeridade do governo que retirava subsídios sobre combustíveis, em contrapartida ao empréstimo de US\$ 4,2 bilhões fornecido pelo FMI naquele ano. Os movimentos indígenas, protagonistas em 2019, tiveram menos destaque nos atuais protestos, diante do receio da exposição destes povos a Covid-19.

Fontes: [El Comercio](#), 05/05/2020; [El Telégrafo](#), 09/05/2020; [El Universo](#), 19/05/2020; [El Mercurio](#), 25/05/2020.

Declaração do Ministro da Defesa sobre mudança em acordo de paz repercute na Colômbia

No dia 19 de maio, em um debate virtual de controle político para avaliar o cumprimento do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o Ministro da Defesa, Carlos Holmes Trujillo, propôs a busca de um novo acordo para ajustar a implementação do que foi firmado em 2016. Holmes Trujillo atuou como uma das principais vozes contra o acordo de paz e disputou a candidatura presidencial pelo partido Centro Democrático com Iván Duque, atual mandatário. Muitos o consideram um provável aspirante à presidência nas eleições de 2022. No debate virtual, o ministro afirmou que considerava “bom abrir essa possibilidade”, se referindo aos ajustes no acordo. Sua posição repercutiu na imprensa e diversos atores políticos se posicionaram contra, não apenas porque se trata de um ministro propondo revisar um acordo que conta com monitoramento internacional das Nações Unidas, mas devido a sua posição na alta cúpula do Centro Democrático. Juan Manuel Santos, ex-presidente e principal patrocinador do acordo, criticou o ministro e considerou desleal sua proposta. Rodrigo Londoño, conhecido como Timochenko, líder do partido das Farc, defendeu a antiga guerrilha das acusações de senadores do Centro Democrático de que o grupo não estava cumprindo com o acordado em relação à entrega de bens ao governo. Afirmou também que modificar o pactuado se tratava de uma manobra do atual governo para fazer o que não foi capaz anteriormente: aniquilar as Farc como projeto político. Diversos congressistas, de distintos partidos, se manifestaram em defesa do acordo e criticaram Holmes Trujillo por, em meio à crise sanitária da Covid-19, explorar uma questão que já havia sido derrotada no Congresso. Devido à repercussão do assunto, o conselheiro presidencial para Estabilização e Consolidação, Emilio Archila, descartou que o governo esteja pensando em alterar o que foi pactuado.

Fontes: [Semana](#), 20/05/2020; [El Tiempo](#), 24/05/2020; [El Tiempo](#), 25/05/2020; [La Opinión](#), 26/05/2020; [El Tiempo](#), 28/05/2020.

Países fronteiriços com o Brasil reagem ao aumento de casos da Covid-19

O aumento acelerado dos casos da Covid-19 no Brasil, que lidera o número de pessoas infectadas na América Latina, e as respostas do governo de Bolsonaro frente à pandemia, geraram no mês de maio uma

maior preocupação nos países fronteiriços, em vista do aumento de casos importados. Autoridades locais das regiões de fronteira com o Brasil têm denunciado entradas ilegais de brasileiros cruzando as fronteiras por conta da crise sanitária no Brasil. O presidente uruguaio Lacalle Pou, demonstrou preocupação com a situação na fronteira, pois na cidade uruguaia de Rivera, que limita com Sant’Anna do Livramento, aumentaram os casos de contágio. Por esse motivo, viajou até o local e decidiu suspender o retorno às aulas e aumentar os controles militares para restringir o ingresso de pessoas, ao mesmo tempo em que fortaleceu os controles sanitários para as pessoas que atravessam a fronteira. Inclusive, em 25 de maio, Lacalle conversou com Bolsonaro para aplicar o tratado binacional de emergência sanitária e poder controlar a pandemia na região fronteiriça. No Paraguai, um dos países da região com o menor número de casos, o presidente Abdo Benítez também viajou até a região de fronteira na cidade de Pedro Juan Caballero, que limita com Ponta Porã, para verificar os controles militares e conter o ingresso de paraguaios e brasileiros. Na fronteira com o Paraguai, os albergues, destinados às pessoas que ingressam no país e possam permanecer em quarentena, já estão superlotados. Por sua vez, o presidente colombiano Iván Duque anunciou a militarização na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, por conta do aumento crítico de casos de Covid-19 na região amazônica. Em 19 de maio, o governo venezuelano decretou toque de recolher em três municípios na fronteira com a Colômbia e o Brasil. Autoridades venezuelanas alegaram que o retorno massivo de migrantes é devido ao “descuido excessivo” nas respostas à pandemia da Covid-19 por parte dos governos da Colômbia, Brasil, Equador e Peru. Do mesmo modo, na Guiana e Suriname, brasileiros estariam cruzando a fronteira de modo ilegal. No Suriname, aumentaram os brasileiros presos por imigração ilegal, que são levados a albergues para ficarem em quarentena e o governo reclamou que isso tem gerado muitos custos para o país, sendo que um brasileiro preso deu positivo para a Covid-19. Na Guiana, o fluxo de brasileiros ingressando no país levou o governo a pensar em decretar lockdown na região que faz fronteira com o Brasil. Situações semelhantes são vividas em cidades fronteiriças da Argentina, Bolívia e Peru que têm aumentado os controles fronteiriços. No entanto, não somente os países fronteiriços estão tomando medidas para restringir o ingresso de pessoas que provêm do

Brasil. Em 24 de maio, os Estados Unidos decidiram barrar a entrada de brasileiros e estrangeiros que estiveram no Brasil nos últimos 14 dias. Trump já havia tomado a decisão em janeiro de suspender o ingresso de pessoas procedentes da China e em março da Europa.

Fontes: [El Espectador](#), 12/05/2020; [La Nación](#), 16/05/2020; [G1](#), 20/05/2020; [G1](#), 21/05/2020; [El Observador](#), 25/05/2020; [Estado de S. Paulo](#), 24/05/2020.

Sistemas de saúde sul-americanos divergem sobre uso da cloroquina

Desde março de 2020, com o início do registro de casos de Covid-19 nos países da América do Sul, alguns governos da região propuseram métodos de tratamento aos pacientes infectados com drogas de eficiência não comprovada, como a cloroquina, a hidroxiclороquina, a ivermectina e a azitromicina. Destes remédios, a cloroquina e a hidroxiclороquina, usados no tratamento da malária, foram os mais difundidos como possível profilático. O presidente estadunidense Donald Trump defendeu o medicamento no início do mês de maio, e posteriormente, declarou suspensão do uso, após o relatório da OMS sobre a ineficácia do medicamento. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro se converteu em um dos mais ferrenhos defensores da aplicação do medicamento e refratário às medidas de isolamento social, posicionamentos que acarretaram as recentes demissões de dois Ministros de Saúde: Luiz Henrique Mandetta, em abril, e Nelson Teich, em maio. Com a recente demissão de Teich, o governo brasileiro ampliou as possibilidades de aplicação da cloroquina para pacientes de Covid-19, mesmo reconhecendo não haver evidências científicas que respaldem o uso do medicamento. Bolsonaro, no entanto, não é o único líder da América do Sul a defender a droga, que também teve sua aplicação defendida pelo presidente venezuelano Nicolás Maduro. No Peru, o medicamento também figura como profilático recomendado nos documentos técnicos do Ministério da Saúde para prevenção, diagnóstico e tratamento desde o dia 30 de março. Outros países, como a Argentina e a Colômbia, suspenderam a recomendação de uso da cloroquina após posição da OMS sobre a sua ineficácia nas fases avançadas da infecção e possíveis efeitos colaterais do uso profilático. No dia 31 de maio, foi

anunciada a doação de um estoque de cloroquina pelo governo estadunidense ao Brasil, e o governo brasileiro anunciou a retomada da produção do medicamento pelo Exército Brasileiro.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 15/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 15/05/2020; [La República](#), 24/05/2020; [El Espectador](#), 26/05/2020; [El Tiempo](#), 26/05/2020; [Infobae](#), 27/05/2020; [O Globo](#), 01/06/2020.

López Obrador fortalece discurso antineoliberal durante a pandemia

No dia 10 de maio, López Obrador retomou o seu discurso de março de 2019 ao afirmar que o neoliberalismo não é o modelo adequado para conduzir a economia. Desta vez, em razão da pandemia, o mandatário assegurou que a principal causa para a recessão econômica global não é o vírus, mas o próprio neoliberalismo que já vinha ruindo o desenvolvimento das sociedades. Assim, no dia 16 de maio foi anunciada a nova política econômica adotada pelo México para enfrentar a pandemia, a partir da percepção de que não se deve aplicar o paradigma neoliberal como base para a formulação de soluções políticas e econômicas. O argumento do governo para mudar suas políticas é que a manutenção do status quo geraria o que ele chamou de “estagnação política”, bem como aumento da desigualdade, como ocorrido em 1998, segundo ele. O novo modo de gestão da economia terá cinco pilares fundamentais: democracia, justiça, honestidade, austeridade e bem-estar. De modo prático foi dado prosseguimento às medidas de corte salariais de altos cargos da administração pública, acrescentando a previsão de entrega de 3 milhões de créditos dirigidos à população mais necessitada e à classe média.

Fontes: [Milenio](#), 04/05/2020; [La Jornada](#), 10/05/2020; [Infobae](#), 16/05/2020.

O negacionismo do governo mexicano na gestão da COVID-19

No dia 13 de maio, López Obrador anunciou que o plano de volta à “nova normalidade” para o México estava em desenvolvimento. Um dia antes, havia assegurado, durante a coletiva de imprensa matutina, que a Covid-19 não teria atingido o país com tanta força. Na mesma semana, em 15 de maio, o mandatário chegou a argumentar que 90% das denúncias de violência doméstica contra mulheres, realizadas durante a qua-

rentena, eram falsas. Essas falas de AMLO, somadas a outras declarações, sugerem que o Presidente retomou a narrativa do negacionismo que havia adotado no começo da pandemia. Em 19 de maio, AMLO anunciou que a retomada das atividades econômicas será a partir de 1 de junho. A proposta é que haja um sinal no qual a cor vermelha indicará apenas atividades essenciais, amarela ampliará a abertura e a verde indicará retorno completo. Contudo, no dia 22 de maio, foi noticiado que o México figurava entre os 10 países com mais mortes causadas pela doença no mundo - sendo o terceiro país mais afetado na América Latina, atrás apenas de Brasil e Peru. Outra argumentação mobilizada pelo Presidente é de que o sistema de saúde foi bem equipado para receber os pacientes. No entanto, há denúncias de médicos na Cidade do México de que vários hospitais não têm mais leitos e muitos doentes estão sendo direcionados para instituições com menor capacidade de atendimento e outros vindo à óbito sem conseguir ajuda. No dia 27 de maio, Claudia Sheinbaum, chefe do governo na Cidade do México, informou que em 24 horas a capital teve um aumento de internações pela Covid-19. Até a data, a ocupação nos hospitais era de 72,7%. No começo do mês havia uma disparidade entre as informações oficiais do governo e a contagem dos médicos na capital, o primeiro anunciava 700 mortes e os médicos 2000.

Fontes: [The New York Times](#), 08/05/2020; [Reuters](#), 12/05/2020; [El Tiempo](#), 13/05/2020; [Infobae](#), 16/05/2020; [La Razón](#), 19/05/2020; [CNN](#), 22/05/2020; [Infobae](#), 26/05/2020; [Tikitakas](#), 27/05/2020.

África do Sul procura alternativas financeiras em organismos internacionais

No mês de maio a diplomacia da África do Sul concentrou esforços na captação de recursos internacionais, principalmente para viabilizar o ambicioso plano econômico de US\$ 26 bilhões para enfrentar os efeitos socioeconômicos da pandemia de Covid-19. O plano é uma resposta para o agravamento da contaminação no país, o mais atingido no continente africano, e foca no combate à fome e ao desemprego. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, tenta captar recursos em organismos internacionais para garantir receitas, e traçou uma meta para angariar ao menos US\$ 5 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS. O FMI já aprovou pedidos de ajuda emergencial na pandemia para 50 de seus 189

membros, porém o fundo ainda não respondeu à solicitação emergencial sul-africana de US\$ 4,2 bilhões, que não implica as tradicionais condicionalidades da instituição. Um empréstimo no valor de US\$ 1 bi para a África do Sul está em discussão avançada no NBD, mesmo valor que já foi aprovado para a Índia e China. Além disso, Ramaphosa, também como presidente da União Africana (UA), em discurso defendeu a suspensão dos pagamentos das dívidas de países africanos durante dois anos, e não apenas até dezembro de 2020 como já havia sido decidido pelo FMI. A demanda da UA surge na sequência da discussão pública nos mercados financeiros sobre como os governos podem honrar os compromissos e, ao mesmo tempo, investir na despesa necessária para conter a pandemia da Covid-19. O FMI prontamente apoiou a proposta de extensão do perdão da dívida até o final de 2021.

Fontes: [UOL](#), 07/05/2020; [News24](#), 08/05/2020; [África21](#), 10/05/2020; [Dnotícias](#), 21/05/2020; [DIRCO](#), 25/05/2020.

Na 73ª Assembleia Mundial da Saúde a China acirra o debate político

Entre os dias 18 e 19 de maio de 2020 ocorreu a 73ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), com o intuito de debater a coordenação global contra a pandemia da Covid-19. Foi a primeira vez que o principal órgão de decisão da Organização Mundial da Saúde foi realizado virtualmente e com uma agenda reduzida. Apoiada por 144 países, foi adotada uma resolução com quatro destaques: 1- reafirma a liderança da OMS; 2- solicita que os Estados membros tomem medidas necessárias para combater a desinformação; 3- incentiva a avaliação da resposta da OMS ao surto; e 4- pede o fortalecimento da cooperação no desenvolvimento de ferramentas de diagnósticos, métodos de tratamentos e esforços contínuos para descobrir as fontes animais do vírus. Apesar da congratulação feita à resolução por Zhao Lijian, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, o documento traz algumas questões a que a China se havia mostrado mais sensível anteriormente, como o pedido de uma investigação internacional independente sobre as origens da Covid-19. Esse pedido foi proposto inicialmente pela Austrália e apoiado fortemente pelos EUA, culminando em um inquérito com o apoio de 62 países. Entretanto, o documento da AMS não menciona a China ao pedir para a comunidade global de saúde identificar a fonte zoonótica do vírus e sua via de introdu-

ção à população humana. A China também se opôs ao convite feito à Taiwan para participar como membro observador da Assembleia. Em resposta, Zhao Lijian afirmou que a participação de Taiwan deve ser tratada de acordo com o princípio da China única. Apesar da proposta de 13 Estados membros apoiando a participação de Taiwan na AMS, a pressão chinesa realizada desde 2016, quando Tsai Ing-wen foi eleita presidente de Taiwan, sobressai e finalmente Taiwan não participou da Assembleia. A OMS declarou que não tem mandato para convidar Taiwan para a assembleia e que somente os Estados membros podem deliberar sobre essa questão por meio do voto. Desse modo, o governo de Taiwan aceitou a recomendação de seus aliados e a sua participação na AMS será debatida ainda este ano, quando a sessão da AMS retornar, em condições normais.

Fontes: [SCMP](#), 13/05/2020; [Anadolu Agency](#), 15/05/2020; [The Guardian](#), 18/05/2020; [POLITICO](#), 19/05/2020; [The Economic Times](#), 19/05/2020.

Saúde Global e multilateralismo são destaque na política externa chinesa

No mês de maio de 2020, a China intensificou seus esforços para consolidar seu papel em espaços de discussão multilateral sobre Saúde Global, lançando uma robusta iniciativa de cooperação com países africanos contra a Covid-19, que enviou equipes médicas chinesas a 45 países do continente. O presidente Xi Jinping lidera o protagonismo chinês na construção de estratégias coletivas para o enfrentamento da Covid-19, tendo prometido que, caso a China seja bem sucedida no desenvolvimento da vacina, tornará a mesma um bem público global. Jinping defendeu a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as estratégias por ela recomendadas, assegurando o apoio político e financeiro chinês às iniciativas de enfrentamento a pandemia. O modelo de prevenção a Covid-19, aplicado na China e transmitido aos demais países, se baseia em iniciar o enfrentamento a doença através da detecção cedo, testagem da população o quanto antes, limitação de circulação e de aglomerações no início e tratamento de pacientes nos primeiros sintomas. No dia 05 de maio, Li Yang, cônsul-geral da China no Rio de Janeiro, publicou artigo no jornal O Globo onde compara os esforços de enfrentamento a Covid-19 na China e nos EUA, mostrando que o desdém es-

tadunidense às estratégias chinesas têm acarretado prejuízos e perdas de vidas que poderiam ser evitados. O diplomata chinês tem sido um dos principais protagonistas da cooperação chinesa no Brasil e já foi hostilizado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro e pelo ministro da educação Abraham Weintraub. Ainda no Brasil, em 09 de maio, o cônsul-geral da China em Recife doou suprimentos médicos oriundos da província de Sichuan para o governo de Pernambuco. Segundo a Associação de Amizade do Povo Chinês com Países Estrangeiros, cerca de 563 cidades já receberam doações de suprimentos médicos. Ao fim do mês, os caminhos opostos de China e EUA para a saúde global chegaram a um novo termo: enquanto Jinping aumentou o papel da China na promoção da saúde global, o presidente Donald Trump rompeu com a OMS.

Fontes: [O Globo](#), 05/05/2020; [Prefeitura do Rio de Janeiro](#), 06/05/2020; [Xinhua](#), 09/05/2020; [Foreign Policy](#), 15/05/2020; [G1](#), 18/05/2020; [Folha de S. Paulo](#), 18/05/2020; [Xinhua](#), 20/05/2020; [G1](#), 29/05/2020.

Novos atritos entre China e Taiwan

O mês de maio foi marcado por uma nova escalada de tensões entre Beijing e Taiwan, que vivem uma histórica contenda em função dos sucessivos esforços pela independência da ilha localizada ao sudeste da China. Os atritos começaram com a posse da nova presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, eleita em janeiro, a despeito dos esforços chineses para contrapor sua candidatura. Em seu discurso de posse, Tsai afirmou que a China deveria “encontrar uma maneira de coexistir com uma Taiwan democrática, que não aceitará o domínio das autoridades comunistas”. A declaração da mandatária gerou rápidas reações do governo chinês que, por meio de seu porta-voz de assuntos para Taiwan, Ma Xiaoguang, declarou que Pequim “nunca tolerará atitudes separatistas”. O envolvimento de potências estrangeiras ocidentais na celeuma entre as duas nações amplificou ainda mais as repercussões da posse de Tsai. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, enviou à Tsai uma mensagem de congratulações por sua “coragem e visão em liderar” o que chamou de “a vibrante democracia de Taiwan”. Por meio de um comunicado do Ministério da Defesa chinês, Pequim declarou que o gesto estadunidense afetava a paz e a estabilidade da região, ao “interferir seriamente” nos assuntos internos da China. O governo chinês ainda provocou

os Estados Unidos e a França ao sugerir que revogasse imediatamente o plano de venda de armamentos para Taiwan. As repercussões internacionais do imbróglio entre os governos chegaram à Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem assumido protagonismo na agenda internacional devido à pandemia de Covid-19. O Ministério das Relações Exteriores chinês elogiou a decisão da organização de não tornar a província insular uma observadora em sua conferência virtual. Já ao fim do mês, a querela contou com a participação de mais um ator, o legislativo chinês. No dia 29, o presidente do Congresso enfatizou a importância da aplicação da Lei Anti-Secessão, em evento dedicado à comemoração de quinze anos da legislação. No mesmo evento, as Forças Armadas também tomaram parte na contenda e contribuíram para a escalada das tensões. Li Zuo Cheng, Chefe do Estado-Maior Conjunto Chinês, não descartou a possibilidade de um ataque militar à Taiwan, caso os planos para sua independência avancem.

Fontes: [Xinhua](#), 16/05; [Xinhua](#), 20/05; [Reuters](#), 28/05; [Xinhua](#), 29/05; [SCMP](#), 29/05.

Em meio à pandemia, conflitos fronteiriços e ciclone agravam situação na Índia

Em 2 de maio, foram registrados mais ataques a muçulmanos na Índia. A situação dessa minoria demograficamente numerosa vem se deteriorando rapidamente desde o início do ano e, com o advento da pandemia de Covid-19, parte da população indiana acredita que muçulmanos são responsáveis pela propagação da doença. Duas semanas depois, o jornalista Arnab Goswami, em transmissão ao canal de notícias local Republic TV, acusou a mídia indiana ser preconceituosa em sua cobertura da Covid-19, incentivando a islamofobia. As questões étnicas foram ainda mais acentuadas, quando, em 6 de maio, Riyaz Kaikoo - líder do movimento rebelde Jaish-e-Mohammed, que é considerado terrorista pelo governo de Déli - foi morto por tropas indianas, durante uma operação militar no distrito de Pulwama. Esse evento desencadeou confrontos e revoltas na região da Caxemira. No dia 19, tropas indianas assassinaram Junaid Ashraf Sehrai, comandante do maior grupo rebelde da Caxemira, e Hizbul Mujahideen, seu assessor após conflito de doze horas sendo o primeiro incidente desse tipo na principal cidade da região em disputa nos últimos dois anos. Também na região da fronteira, em 11 de maio, o Nepal protestou contra

a inauguração de uma estrada que liga a Índia ao Himalaia, que passaria por territórios disputados. Além disso, esse local é considerado estratégico pela sua proximidade com o Tibete e a China. Em 28 de maio, a mídia alarmou-se com um temido “combate total” após publicação de vídeo de um soldado indiano em 5 do mesmo mês, mostrando brigas de punho e pedras entre soldados chineses e indianos na Linha de Controle Real (LCR), no Himalaia. Surpreendentemente, Donald Trump se ofereceu para mediar o conflito entre China e Índia após os relatos de tensão crescente ao longo de umas das mais longas fronteiras não marcadas do mundo. Para coroar as dificuldades de maio, a Índia foi atingida pelo Ciclone Amphan no dia 21 matando dezenas de pessoas e deixando outras desabrigadas e sem energia.

Fontes: [AlJazeera](#), 02/05/2020; [AlJazeera](#), 06/05/2020; [Al Jazeera](#), 08/05/2020; [Al Jazeera](#), 11/05/2020; [Al Jazeera](#), 15/05/2020; [Al Jazeera](#), 19/05/2020; [El País](#), 20/05/2020; [G1](#), 21/05/2020; [CNN](#), 21/05/2020; [Al Jazeera](#), 21/05/2020; [CNN](#), 22/05/2020; [Al Jazeera](#), 28/05/2020; [Al Jazeera](#), 29/05/2020.

Governo turco investe em cooperação internacional durante a pandemia

A partir do final do mês de maio, à medida que as restrições definidas para o combate à pandemia de Covid-19 foram reduzidas, a Turquia deu início ao que foi denominado de turismo de saúde. O país decidiu receber pacientes de 31 Estados de distintos continentes - dentre eles Alemanha, Argélia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Catar, Cazaquistão, Djibuti, Paquistão e o Reino Unido. Tais pacientes terão acesso a diversas áreas da medicina, como ortopedia, oftalmologia, cardiologia, oncologia, reprodução assistida, transplante de órgãos e de medula óssea. Paralelamente ao anúncio dessas ações, o ministro das Relações Exteriores, Mevlüt Çavuşoğlu, informou que 135 governos pediram ajuda à Turquia no setor da saúde. A partir destas solicitações, 80 países já foram contemplados com algum tipo de assistência - como doações de equipamentos médicos e de proteção individual - bem como a permissão para comercializarem esses produtos. Baseado na ideia de que dois terços dos países do mundo solicitaram suprimentos médicos da Turquia, Çavuşoğlu revelou sua percepção sobre

a imagem positiva, no campo da saúde, que seu país teria frente à Organização Mundial da Saúde (OMS) e à comunidade internacional em geral. Além disso, um dos coordenadores da agência de cooperação internacional turca, TIKA, relatou que projetos contra a pandemia têm sido implementados em diversas regiões. Ainda no mês de maio, o deputado europeu, Ryszard Czarnecki, também declarou acreditar que a solidariedade do governo turco será capaz de influenciar positivamente as relações entre a Turquia e a União Europeia.

Fontes: [Daily Sabah](#), 06/05/2020; [TRT](#), 06/05/2020; [África News](#), 11/05/2020; [TRT](#), 14/05/2020; [TRT](#), 16/05/2020; [TRT](#), 17/05/2020; [Al-Monitor](#), 19/05/2020.

Iniciativas regionais promovem cooperação internacional de combate à pandemia

Ao longo dos meses de abril e maio de 2020, houve diversas iniciativas de cooperação internacional, muitas delas capitaneadas por organizações regionais, cujo protagonismo no combate à Covid-19 sugere uma tendência de regionalização na cooperação internacional para o desenvolvimento. As respostas conjuntas da União Europeia e dos fóruns de diálogos estabelecidos pelo Mercosul ganharam destaque nas manchetes dos grandes jornais, mas outras iniciativas também merecem destaque. A União Africana e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças da África (África CDC), em parceria público-privada com a Iniciativa AfroChampions, lançaram a Africa COVID-19 Response Fund. Esse fundo é um instrumento financeiro para mobilizar e gerenciar recursos e operará sob a supervisão da União Africana por meio da África CDC, que determinará intervenções e ações prioritárias. A parceria visa a arrecadar inicialmente US\$ 150 milhões para tentar impedir a difusão da Covid-19 no continente e até US\$ 400 milhões para apoiar uma resposta médica sustentável à pandemia. A ideia é reunir recursos para garantir a aquisição de suprimentos médicos e mercadorias, para apoiar o envio de socorristas rápidos em todo o continente, bem como para fornecer apoio socioeconômico às populações mais vulneráveis da África. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank-

AIIB), do qual a China é a maior acionista, criou um fundo de recuperação de crises de US\$ 5 bilhões para apoiar países e empresas durante a pandemia. Após dois empréstimos de recuperação, para as cidades de Pequim e Chongqing, o AIIB aprovou o envio de US\$ 500 milhões para a Índia, e está considerando pacotes para a Indonésia e para a Turquia. Já o Banco Islâmico de Desenvolvimento (Islamic Development Bank- IsDB) criou um mecanismo de preparação e respostas estratégicas que será gerido pelo Transfrom Fund. O Fundo foi criado em 2018 e teve o orçamento inicial de US\$ 500 milhões. A partir de agora, o Fundo vai concentrar-se no investimento em ciência, tecnologia e inovação, fornecendo créditos à projetos e instituições dessas áreas, que estejam voltadas a conter o avanço da Covid-19. Do mesmo modo, instituições como a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) tem atuado dentro de suas possibilidades. Chama atenção a ausência brasileira nos fóruns de cooperação, regionais e globais, em um movimento que muito destoia da condução da política externa que o país vinha traçando ao longo do último século.

Fontes: [AIBB](#), 08/05/2020; [Compromiso Empresarial](#), 14/05/2020; [First Post](#), 13/05/2020; [SCMP](#), 06/04/2020; [The Gleaner](#), 17/05/2020; [Valdai Discussion Club](#), 22/05/2020; [South-South Galaxy 1](#) (sem data); [South South Galaxy 2](#) (sem data); [South-South Galaxy 3](#) (sem data).

Políticas sustentáveis como saída para futuro pós-pandemia na União Europeia

No dia 27 de maio, a União Europeia anunciou seu pacote de recuperação para a economia no futuro pós-pandemia. O plano, chamado de “Next Generation EU”, prevê investimentos de 750 bilhões de euros para apoiar países afetados pela crise atual, a partir de 1,85 trilhão de euros no orçamento da União Europeia para os próximos sete anos. A Comissão Europeia desenvolveu o plano sob expectativa de que um dos caminhos para acesso aos recursos financeiros será por meio de novas políticas do bloco para mudanças do clima. Compatível com as diretrizes do Green Deal europeu, documento-base de gestão da atual presidente da Comissão Europeia, Ursula von

der Leyen, o plano de recuperação reserva 25% dos recursos destinados a ações de mitigação e adaptação à mudança do clima. Ainda, o pacote aponta uma reforma no mercado de emissões de carbono, que possui centralidade na política climática da UE, tanto para suas economias internas, quanto para a governança global climática. A reforma, assim como também outras fontes de recursos, como novas taxas e tarifas, poderiam fornecer acima de 10 bilhões de euros anuais ao orçamento da EU. Com isso, políticas sustentáveis e verdes vão emergindo como solução nos esforços de um mundo após a atual pandemia da Covid-19. No fim de maio, líderes mundiais da saúde solicitaram ao G-20 uma “recuperação verde” pós-pandemia, exigindo o endereçamento de políticas públicas de saúde alinhadas às preocupações ambientais. Mais de 200 organizações, representando pelo menos 40 milhões de trabalhadores da saúde, assinaram a carta que foi enviada ao Grupo. Entre os temas abordados, estavam a poluição do ar, a segurança alimentar e o aumento gradativo da temperatura global. Em entrevista no dia 25 de maio, Soumya Swaminathan, cientista-chefe e diretora-executiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), reforçou também o problema das mudanças climáticas para uma nova onda de eventos de emergência no futuro.

Fontes: [Bloomberg](#), 20/05/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 25/05/2020; [UOL](#), 26/05/2020; [The Guardian](#), 26/05/2020; [Valor Econômico](#), 27/05/2020; [Climate Home News](#), 27/05/2020; [EuroNews](#), 27/05/2020.

ONU não consegue lograr um cessar-fogo global durante a pandemia

Em 27 de maio, o secretário-geral da ONU, António Guterres, voltou a lamentar a falta de ações concretas para aplicar um cessar-fogo imediato e global, apelo que o próprio lançou em 23 de março, com o objetivo de preservar os civis dos países em conflito diante da pandemia de Covid-19. Cabe lembrar que, em 3 de abril, Guterres realizou um balanço dos resultados do seu pedido de cessar-fogo global e afirmou que “um número substancial de partes em conflito expressou aceitação”, mas que “existe uma enorme distância entre declarações e ações, entre traduzir palavras para paz no terreno e na vida das pessoas”. Nessa oportunidade, o secretário-geral da ONU

reforçou os apelos para um cessar-fogo global e um combate partilhado contra a pandemia da Covid-19, argumentando que esta deve ser a única luta ao qual o mundo deve se concentrar nesse momento. Passados dois meses, conforme assinalaram em comunicado o Comitê Internacional de Resgate, o International Crisis Group e a Save the Children, o Conselho de Segurança da ONU não chegou a um acordo sobre uma resolução que apoie esta iniciativa. Questionado sobre essa alegada falta de liderança internacional, Guterres criticou ao longo de abril e maio a falta de liderança na resposta a Covid-19, a divisão da comunidade internacional e a escassa solidariedade demonstrada pelas potências para com os países mais desfavorecidos. Além disso, o secretário-geral da ONU lamentou que os dirigentes do G-20 tenham recusado a sua proposta de estabelecer um mecanismo de coordenação das suas ações em resposta à doença e estejam buscando soluções unilateralmente.

Fontes: [G1](#), 23/03/2020; [ONU News](#), 03/04/2020; [Diário de Notícias](#), 03/04/2020; [Observador](#), 30/04/2020; [Swissinfo](#), 19/05/2020; [Observador](#), 27/05/2020.

Conflitos armados agravam situação vulnerável de deslocados em meio à pandemia

Em 23 de março de 2020, o secretário-geral da ONU, António Guterres, lançou um apelo ao cessar-fogo imediato de todos os conflitos do mundo, com o objetivo de combater a pandemia e proteger as populações civis mais vulneráveis. No Iêmen a população vem sofrendo com uma crise humanitária por conta do conflito, que se arrasta por cinco anos. Os campos de deslocados internos abrigam 3.3 milhões de pessoas amontoadas em tendas, sendo impossível o distanciamento social, além de faltar água, alimentos, cuidados de saúde e terem de conviver com a cólera e com as inundações causadas pelas chuvas torrenciais. No dia 08 de abril, o cessar-fogo foi declarado e Guterres fez um apelo de diálogo às autoridades iemenitas e aos Houthis. Enquanto isso, o ACNUR declarou no dia 26 de maio que 25 mil famílias no Iêmen não receberão o auxílio necessário no próximo mês, devido à falta de financiamento. Do mês de março ao dia 15 de maio, pelo menos 661 mil pessoas foram obrigadas a fugir dos locais

onde residiam em 19 países que enfrentam conflitos armados, de acordo com o relatório do Conselho Norueguês para os Refugiados. O documento frisa que pessoas vivendo em meio à guerra já se encontram em situação sanitária deplorável, ficando ainda mais vulneráveis a Covid-19. E que a República Democrática do Congo é o país mais afetado, onde os confrontos entre grupos armados e forças governamentais provocaram 482 mil novos deslocados internos, no mesmo período, com 3 mil “violações graves de direitos humanos”. No relatório de maio da Oxfam, a entidade afirma que os esforços para cessar-fogo “falharam catastroficamente”, pois os conflitos continuam apesar do apelo de Guterres. Enquanto pessoas fogem ou morrem, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, paralisado pelo conflito político e diplomático entre os EUA e a China, não concordou com a possibilidade de discussão de uma resolução sobre um cessar-fogo “a nível global”.

Fontes: [Diário de Notícias](#), 09/04/2020; [Infomigrants](#), 04/05/2020; [IPS Notícias](#), 04/05/2020; [UOL](#), 08/05/2020; [Al Jazeera](#), 11/05/2020; [IstoÉ](#), 14/05/2020; [El Universo](#), 23/05/2020; [Monitor do Oriente](#), 28/05/2020; [RFI](#), 29/05/2020.

Migrantes protagonizam campanhas por regularização pelo mundo

No dia 15 de maio, foi protocolado um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, pela bancada do PSOL, que “institui medidas emergenciais de regularização migratória no contexto da pandemia”. O projeto é resultado da coordenação com demandas de movimentos, coletivos e consultas entre a Defensoria Pública da União e organizações da sociedade civil que prestam atendimento direto a migrantes. A campanha de mobilização “Regularização Já” foi promovida pelos próprios migrantes e por organizações que trabalham com migrações e direitos humanos. Esta campanha por regularização surgiu na Europa, especialmente em países como Espanha, Itália e Portugal e tem se expandido também em outros países europeus e nos Estados Unidos. Na América Latina, além do Brasil, tem se espalhado por diversos países como México, Chile, Argentina, Colômbia e Equador. Segundo Edith Espinola, membra do

Serviço Doméstico Ativo (SEDOAC) e uma das porta-vozes da campanha, países têm outorgado um status temporário para satisfazer as necessidades laborais durante a pandemia, onde pessoas migrantes se veem em condições de exploração e se encontram privadas de condições mínimas de saúde e segurança de trabalho. A campanha reivindica a permanência e incondicionalidade das regularizações.

Fontes: [El País](#), 20/04/2020; [El Salto](#), 30/04/2020; [El Salto](#), 13/05/2020; [MigraMundo](#), 15/05/2020; [El Salto](#), 27/05/2020.

para atingir a igualdade de gênero e alternativas para mitigar problemas provocados pelo isolamento social que afetam diretamente a vida das mulheres em todo o mundo.

Fontes: [ReliefWeb](#), 20/05/2020; [The Guardian](#), 30/05/2020; [NVI Notícias](#), 30/05/2020.

Medidas de contenção à crise com recorte de gênero se espalham pelo mundo

Em 20 de maio foi noticiado que as mulheres residentes na África Ocidental, embora tenham acesso restrito a informações sobre a Covid-19, estão participando mais ativamente das decisões sobre o gerenciamento de recursos domésticos, liderando a organização de respostas e construindo redes de solidariedade comunitárias. No México, no dia 30 de maio, mulheres chinantecas, originárias da comunidade indígena de Santiago Jocopec se organizaram para a colheita de milho para consumo próprio e venda como forma de garantir o sustento de suas famílias em meio à pandemia. Ainda que haja registros de as mulheres estejam desenvolvendo alternativas para vivenciar o contexto de crise sanitária com alguma autonomia, a violência de gênero não diminuiu no contexto da pandemia. Ao contrário, de acordo com o relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, sigla em inglês) registrou-se 15 milhões de casos de violência doméstica a mais no mundo em 2020, especificamente no período de três meses nos quais os países decretaram lockdowns. No Quênia e Trinidad e Tobago, os governos informaram, também em 30 de maio, que estão apoiando os sistemas de justiça para que funcionem de maneira remota, de modo a acolher as denúncias relativas à violência de gênero. O mesmo acontece na Índia, onde foi implementado um programa telefônico para apurar denúncias de acordo com relatório da ONU Mulheres. O momento de crise provocado pela pandemia, cujos efeitos são observados nas esferas social, econômica e política, tem gerado um debate acerca dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, bem como a necessidade de maiores esforços

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

